

Resenha crítica

Sonhos de diamba, controle do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil¹

Ivan Fontes Barbosa²

Resumo:

“Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil Republicano” é um livro fruto da dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É um trabalho que vem reforçar o conjunto de estudos elaborados sob a égide das orientações teóricas da história cultural e que reflete sobre as narrativas da interdição da maconha e o seu legado, ao permitir pensarmos os limites que têm sido encontrados para o desenvolvimento de uma política de descriminalização dos usos e usuários e a recepção do seu uso medicinal atualmente. O livro, composto de três capítulos, apresenta um recorte que almeja demonstrar como ocorreu a dinâmica da interdição dos usos e dos usuários de maconha na primeira metade do século XX no Brasil. Demonstra como as ações desenvolvidas pelo Estado Brasileiro e a imprensa baiana foram responsáveis por encetar o controle e criminalização dos usuários e usos dessa prática. Para tanto utiliza como substrato os discursos higienistas e sanitaristas, muito fortemente marcados pela presença de médicos, e oferece chaves de interpretação para a compreensão da complexa rede que atuou no processo de construção da criminalização da maconha na experiência nordestina.

Palavras-Chave: Maconha. Criminalização. História. Nordeste. Discurso Higienista.

As ciências humanas brasileiras receberam mais uma contribuição para reforçar as pesquisas e os debates relacionados ao processo de proibição da maconha no Brasil. Trata-se de mais um trabalho que extrapolou o universo das prateleiras das bibliotecas dos Programas de Pós-Graduação no Brasil e tem circulado entre nós, contribuindo para a ampliação dos horizontes empíricos da percepção histórica, sociológica e antropológica acerca desse movimento de interdição do uso da maconha do Brasil.

“Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil Republicano” é uma dissertação de mestrado, defendida em 2012 no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob a orientação da professora

1 Resenha crítica do livro: Souza, Jorge Emanuel Luz. *Sonhos de diamba, controle do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil*. Salvador, EDUFBA: CETAD/UFBA. 2015.

2 Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais. Aracaju, Sergipe. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1961-0605> e-mail: ivanbarbosa@academico.ufs.br

Gabriela dos Reis Sampaio, e que vem reforçar o conjunto de estudos elaborados sob a égide das orientações teóricas da história cultural, que têm refletido sobre as narrativas da interdição da maconha e o seu legado, o que permite pensarmos os limites que têm sido encontrados hoje para o desenvolvimento de uma política de descriminalização dos usos e usuários e a recepção do seu uso medicinal.

A pesquisa que baseia este livro que ora resenho é uma contribuição significativa para preencher as lacunas que a omissão dos estudos sobre a maconha um dia deixaram. Ela foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFBA e foi publicada com o apoio do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD), também da UFBA, em parceria com Edward MaccRae, um importante nome na trajetória de estudos sobre o consumo de drogas na sociedade brasileira sob um viés antropológico.

Há pouco mais de 30 anos, Edward Macrae (cf. 1984) indicou a necessidade de repensarmos a questão dos usos dos psicoativos a partir de outros ângulos. Ele advertiu que existia uma tendência em enfatizar o termo genérico “droga” no discurso oficial, sem que se fizesse uma distinção adequada entre substâncias diversas, seus diferentes usos, valores e significados culturais.

O depoimento do Jorge Souza, autor da obra que resenho, indica as restrições que o campo ainda incide sobre o estudo dos usos da maconha como um fenômeno social.

O fenômeno que constitui o objeto desta abordagem, os usos sociais da maconha, atesta a existência de um incômodo silêncio, o qual se revela produto de práticas que se empenharam em construí-lo, relegando as tentativas de um estudo sistemático a um lugar bem delimitado que oscila entre a acusação de apologia, o tabu e a falta de importância: seria um objeto “menor”, uma coisa sem importância para fazer jus a uma análise histórica (SOUZA, 2015, p. 26).

O livro, composto de três capítulos, busca demonstrar como ocorreu a dinâmica da interdição dos usos e dos usuários de maconha na primeira metade do século XX no Brasil. As ações desenvolvidas pelo Estado Brasileiro para encetar o controle e criminalização dos usuários e usos dessa prática, utilizando como fonte os discursos higienistas e sanitaristas, muito fortemente marcados pela presença de médicos, e a recepção na imprensa baiana desse movimento de criminalização atestam a complexa rede que atuou no processo de construção da criminalização da maconha.

O primeiro capítulo, intitulado “O vício contra a civilização pretendida: patologizando um hábito, criminalizando uma prática”, demonstra como “o proibicionismo das drogas foi montado até a década de 1940 em nível nacional e estadual, tendo como alicerce um discurso médico racista e eugênico”. Se valendo de extensa documentação, o autor reconstrói a trama que encetou o proibicionismo e familiariza o leitor com os principais argumentos utilizados para compor um quadro em que essa cruzada foi montada.

Segundo ele, o cenário que baseou o proibicionismo deve ser entendido à luz do regime político instaurado no país após o movimento de 1930. Naquele momento, foi elaborado um regime autoritário que

Mesclou uma nova política de massas, objetivando o controle social, com a preocupação em evitar a expansão mundial do comunismo. Teve destacada participação da intelectualidade e da tecnocracia nacional para pôr em prática um modelo de governo estatista, doutrinário e racionalizado. Apropriou-se dos meios de comunicação e dos canais de expressão da

sociedade para promover uma intensa campanha de desmobilização social e formação de outro tipo de sujeito, mais adequado à ideologia do regime: o cidadão saudável, trabalhador e patriota (SOUZA, 2015, p.63).

Esse Regime buscou atingir a classe trabalhadora através de propagandas, peças de teatro, cartilhas escolares e programas de rádio, dentre outras formas, para disseminar a ideia do “bom trabalhador” que estava associada à ideia de “homem saudável”, construída pela busca das moralizações dos hábitos populares a partir de processos de medicalização. O fito dessas ações era depurar os comportamentos indesejáveis e “combater os vícios, fossem o álcool ou entorpecentes, estes seriam responsáveis pela ‘degeneração racial’ e por doenças fisiológicas, mentais e sociais” (SOUZA, 2015, p.69).

A articulação em prol da proibição da maconha no Nordeste foi materializada em 1946, no Convênio Interestadual sobre a Maconha, com a presença dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, que concluiu pela necessidade, dentre outras sugestões, de vigilância, campanhas educativas e monitoramento dos cultos-afro-brasileiros. A sociografia dos usuários de maconha a serem interditados por estas políticas indicou “haver entre os usuários de maconha predominância de pretos e mulatos”. Dentre as teses sobre a maconha construídas na segunda década do século XX pelo médico sergipano Rodrigues Dória, utilizadas como referência na época, havia o argumento que transformou o povo preto no “alvo por excelência das ações policiais, estendendo-se a suspeita às práticas religiosas na qual eram a maioria”.

E, se os negros eram vistos como os maiores usuários de maconha, as autoridades concluíram que uma religião composta por eles deveria ser vigiada de perto por um “intercâmbio policial-médico” para coibir qualquer forma de uso. Considerando-os “ilícitos”, mais uma vez negligenciam os significados rituais que pudessem ter e mantêm válida uma justificativa para a ação violenta do Estado sobre seu modo de vida (SOUZA, 2015, p. 87).

Após demonstrar como se deu a construção da maconha como flagelo social, em termos discursivos e institucionais, e como esse processo foi orquestrado em termos de controle sobre os segmentos pobres e negros da sociedade baiana, o próximo passo do autor foi demonstrar como esse movimento ocorreu sob a ótica dos interditados. O capítulo dois intitulado “Seus viciados pertencem à última e mais baixa escala social”: histórias de gatunos, trabalhadores “maconheiros” e outros desv(ar)ios inebriantes”, apresenta como essa obra de controle e estigmatização foi operada a partir da experiência histórica dos grupos acusados de fazerem o uso ilícito da maconha no Brasil.

Apresentando uma sociografia dos interditados construída a partir das informações coligidas sobre os usuários de maconha, o autor constata o enquadramento estratégico desses interditados às ocupações das classes subalternas pobres do Norte (que àquela época envolvia o Nordeste). Os discursos que condenavam o uso da maconha são investidos contra essas classes trabalhadoras urbanas (principalmente ligadas ao comércio popular – ambulantes, camelôs e feirantes) decorrentes de seus conflitos com o poder público.

Jorge Souza constatou que as atividades ocupadas por estas ocupações, desde a década de 1920, eram objeto constante de fiscalização e disciplinarização.

Fossem os que perambulavam de porta em porta, fossem os que se estabeleciam nas muitas feiras livres da capital, que no mais das vezes poderiam ser as mesmas pessoas ou da

mesma família, a atividade por eles desenvolvida sempre incomodou membros das elites econômicas da cidade, que a consideravam como uma herança arcaica, um símbolo de atraso e decadência. O comércio popular nas ruas de Salvador expunha os desníveis sociais e obrigava-os a transitar, compartilhar do mesmo espaço, o que não agradava muito as boas famílias (SOUZA, 2015, p. 94).

Deixando claro que o argumento higienista tinha razões econômicas de ser, uma vez que o comércio informal acarretava na diminuição das taxas de lucros do comércio formal, o autor costura, a partir das experiências descritas por intermédio dos relatos contidos nos jornais da época, a trama que associava ladrões, os usuários da maconha e os prejuízos sofridos pelos grandes comerciantes. Mas não parou por aí. A imprensa e o discurso médico, que já haviam construído a forte relação entre maconha e as classes populares, começam a associar maconha às feiras populares, aos espaços marítimos e aos portos, que passaram a ser tratados como entrepostos de comércio de maconha e pontos “difusores da erva da morte”.

Através da investigação dos jornais e dos inquéritos policiais elaborados sobre casos de acusação de posse e comércio de maconha, o autor demonstra como a dinâmica de controle e interdição sobre as classes populares e as mulheres foi operada e omitiu estrategicamente os usos dos entorpecentes pelas elites e classes médias.

A criminalização da maconha na Bahia, além de servir como pretexto para o preconceito racial velado, sob o manto da salvação do “vício”, serviu para fortalecer a discriminação de classe e se adequou muito bem aos planos de intervenção disciplinar no modo de vida dos subalternos (SOUZA, 2015, p. 160).

Por fim, o terceiro capítulo intitulado “Fumam a planta e dela sabem mil coisas: uso coletivo de maconha e os significados presentes na fumaça”, faz uma reflexão a partir da investigação acerca das finalidades de certas técnicas de consumo e sobre a existência de um “folclore da maconha”, trazendo “uma preocupação etnográfica que vai nos ajudar a entender como, porque e para que se usava maconha com fins psicoativos no Brasil, mas sob o ponto de vista de quem a usava” (SOUZA, 2015, p. 162).

É o momento da investigação onde a dimensão gregária do uso da maconha é aventada. É quando ele é associado aos rituais religiosos de matriz africana. Apesar da pouca existência de fontes documentais a respeito do tema abordado no terceiro capítulo, o autor, de forma criativa, se vale das contribuições de Gilberto Freyre, Artur Ramos, Manuel Quirino e Câmara Cascudo e do discurso médico e higienista para demonstrar esta relação entre ritual religioso e maconha. Suas conclusões indicam que

É possível que fosse empregada para produzir o êxtase no iniciado, no Pai de Santo ou Mãe de Santo, ou nos demais presentes; é possível também que fosse identificada com algum orixá, provavelmente o do iniciado e lhe servisse como oferenda; ou, ainda, como planta de poder no intuito de dar proteção ao iniciado ou aos demais (SOUZA, 2015, p.192).

A partir daí, o autor lança um olhar semelhante ao construído pelo historiador sergipano Francisco Alves (2003) sobre as modalidades de uso coletivo da maconha no Brasil na primeira metade do século XX. Em seu artigo, Alves antecipou alguns elementos que também foram utilizados por Jorge Souza para a construção do cenário em que se operou a cruzada que proibiu o uso da maco-

nha. Ao apresentar a “geografia nordestina do uso da diamba”, a sociografia do consumo (setores populares) e os registros das práticas de consumo comunal denominadas de “grupos de diamba”, Alves fornece alguns dos significados dos usos atribuídos pelas práticas interditas e ilustra como elas eram vistas naquele momento. Na busca da compreensão dos significados e sentimentos partilhados pelos usuários de maconha nos grupos de diamba em Sergipe, conclui que esses rituais comunicavam

A valorização do comunitário em detrimento do individualismo [...] As expectativas dos participantes dos clubes, quanto aos efeitos da diamba, são diversificados: euforia, alegria, disposição para o trabalho, loquacidade ou estro poético. As agregações manifestam a polifuncionalidade do uso. Espera delas efeitos diversificados. Alguns ligados ao prazer, outros ligados ao trabalho. Este é o caso dos pescadores sergipanos descritos por Dória. Eles buscavam na maconha força para as lides marítimas (ALVES, 2003, p. 100).

O livro de Jorge Souza explora aspectos complementares aos já apontados por Alves. Enriqueceu ainda mais esse debate ao demonstrar como os rituais em torno do uso da maconha eram uma fonte para a percepção das possibilidades presentes no uso coletivo.

A sociabilidade, o contato entre as experiências dos usuários criavam um referencial comum para o reconhecimento e a busca dos efeitos desejados, tornando o grupo um ecossistema propício e estimulante para a experiência psicoativa. Por fim, o uso coletivo também compartilhava um repertório de estratégias de enfrentamento e negociação com os controles sociais formalizados e as justificativas para a permanência do consumo num contexto de criminalização e crescente condenação moral da prática (SOUZA, 2015, p.214-215).

Com estas informações, espero ter apresentado o trabalho do Jorge Souza e fornecido algumas pistas de como poder ler esse trabalho e como extrair dele a lição da prática de uma boa pesquisa onde história, antropologia e sociologia se encontram e contribuem para um olhar mais sensível acerca dos fenômenos sociais.

Considero difícil defender a ideia que um livro com um tema dessa natureza não tome partido. De forma clara, de escrita agradável e envolvente, a contribuição de Jorge Luz Souza toma o partido que um estudo criterioso dessa natureza deve tomar. Ela demonstra, fundamentada empiricamente, como se deu o processo de interdição de um hábito cultural com base em um projeto autoritário acentuado pelo preconceito racial.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José. Clubes da Diamba: nota etno histórica sobre o uso grupal da maconha no Brasil da primeira metade do século XX. **Cadernos UFS, História**. São Cristóvão, n.5 p. 93-101, 2003.

MACRAE, Edward. A antropologia e o uso das drogas: a questão da maconha. In: **Revista TEMAS IMESC – Sociedade, Direito e Saúde**. Instituto de medicinal social e de criminologia de São Paulo. São Paulo, Semestral. p. 195-202, 1984.

Dreams of diamba, day-to-day forms of control: a history of the criminalization of marijuana during the Republican Brazil

Abstract:

The book “Dreams of diamba, day-to-day forms of control: a history of the criminalization of marijuana during the Republican Brazil” is the result from the master’s thesis defended at the Postgraduate Program in History at the Federal University of Bahia (UFBA). The book contributes to the set of studies on cultural history as it analyses the narratives of the prohibition of marijuana and their legacy. It also allows us to think about the current limits for the development of a decriminalization policy that could open ways to the reception of the plant medicinal potential uses. The book contains three chapters that demonstrate how the dynamics of the prohibition of marijuana use and users occurred in the first half of the 20th century in Brazil. They also demonstrates how the actions developed by the Brazilian State and the Bahian press media were responsible for starting the control and the criminalization of users and uses of this practice. The book brings the hygienist and sanitary discourses as a basis which is strongly marked by the presence of doctors, and offers important analitical keys to the understanding the complex network that acted in the process of building the criminalization of marijuana in the Brazilian Northeast.

Keywords: Marijuana. Criminalization. History. Northeast. Hygienist Speech.

“Sueños de diamba, controles cotidianos: una historia de la criminalización de la marihuana en el Brasil Republicano”

Resumen:

“Sueños de diamba, controles cotidianos: una historia de la criminalización de la marihuana en el Brasil Republicano” es un libro resultante de la tesis de maestría defendida en el Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Federal de Bahía (UFBA). Es un trabajo que refuerza el conjunto de estudios que apoyan los lineamientos teóricos de la historia cultural y que reflexiona sobre las narrativas de la prohibición de la marihuana y su legado, al permitimos pensar en los límites que se han encontrado para el desarrollo de una política de despenalización de usos y usuarios y la recepción de su uso medicinal en la actualidad. El libro, compuesto por tres capítulos, presenta una sección que tiene como objetivo demostrar cómo se produjo la dinámica de prohibición del uso y consumo de marihuana en la primera mitad del siglo XX en Brasil. Demuestra cómo las acciones desarrolladas por el Estado brasileño y la prensa bahiana fueron responsables de iniciar el control y la criminalización de los usuarios y usos de esta práctica. Para este fin, utiliza como susttrato discursos higienistas y sanitarios, muy marcados por la presencia de médicos, y ofrece claves de interpretación para comprender la compleja red que actuó en el proceso de construcción de la criminalización de la marihuana en la experiencia del nordeste brasileño. Palavras-Chaves: Marihuana. Criminalización. Historia. Nordeste. Discurso Higienista.

HISTÓRICO

Recebido: Janeiro/23

Parecer: Abril/23

Parecer: Agosto/23

Aceito: Setembro/23

Revisado Autor: Janeiro/24

Revisão Gramatical/Ortográfica e ABNT: Janeiro/24

Revisado Autor: Janeiro/24

Diagramação: Janeiro/24

Publicado: Fevereiro/24

Equipe Editorial Revista TOMO envolvida no processo editorial deste artigo

Marina de Souza Sartore (Editora-Chefe)